

tempo e presença

junho de 79 nº 151



Greves ... e há mais do que isto.

Aconteceu



Presença da Igreja na
denúncia das injustiças e
nas lutas do povo

Bíblia hoje

Entre a travessia e a resistência:
D. Pedro Casaldáliga e
Milton Nascimento



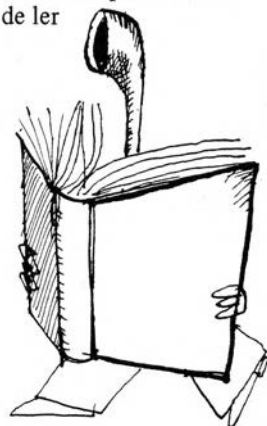
Anistia



Evangélicos tomam
posição

Vale a pena ler:

Puebla para o Povo,
Protestantismo e
Repressão.
Você não pode deixar
de ler



Editorial

O boletim do CEI virou tempo e presença



tempo e presença



Greves

... e há mais do que isto.

Aconteceu



Presença da Igreja na denúncia das injustiças e na luta do povo

Bíblia hoje



Anistia



Vale a pena ler:



tempo e presença

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO – CEDI –

Diretor: Domício Pereira de Matos
Redator responsável: Paulo Cezar Loureiro Botas
Equipe de Redação: Beatriz Araujo Martins, Celina Costa Ribeiro, Claudio Araujo Nascimento, Claudius Ceccon, Jether Pereira Ramalho, Maria da Graça Floriano, Marlene Campante, Virgilio Lourencetti Junior.
Arte: Sérgio Reis

Diagramação e Produção: J.F. Rêgo Barros
Assinatura anual: Cr\$ 180,00
Remessa em cheque pagável no Rio, para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082-ZC-01
20.000 – Rio de Janeiro, RJ
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa
Publicação Mensal

“Não te admires de eu te dizer: o importante é nascer de novo” (Jo. 3,7)

Com este apelo o Cristo nos questiona sobre a nossa coragem de nos desinstalarmos e nos abriremos aos novos tempos. E respondendo a este apelo fomos, lentamente, nos preparando para este renascer. Ouvimos atentamente a voz dos que nos recebem. Discutimos horas a fio procurando nossos novos passos. E eis chegado o momento oportuno. Quatorze anos depois de servirmos às Igrejas e o Ecumenismo nos sentimos profundamente motivados para esta mudança. Você tem em suas mãos o nosso novo boletim do CEI: **TEMPO E PRESENÇA**.

Pretendemos ser uma **PRESENÇA** ativa e comprometida com esta nova Igreja que nasce dos pobres que são os amados de Jesus Cristo. Prioritariamente, a **BOA NOVA** é anunciada aos pobres e oprimidos. E estes vivem num **TEMPO** preciso e determinado: o nosso tempo. E ser **PRESENÇA** desta renovação constante exigida de nós pelo Evangelho é o que determina a nossa fé e a esperança que nós une e compromete com os verdadeiros construtores da nossa sociedade: a classe trabalhadora.

Para nós, este compromisso passa necessariamente pela prática de uma pastoral popular. Ouvir a voz dos sem-voz. Transparecer o grito destes homens e mulheres que durante quatorze anos de regime autoritário suportaram a ilusão e o engano de um tempo melhor.

“É preciso remir os tempos...” (Ef. 5,16) e só o resgataremos com uma **PRESENÇA** eficaz entre e com os que foram preferencialmente amados por Deus.

Esta é a nossa opção: sermos **PRESENÇA** – com vocês – nesta luta e caminhada para viver o **AQUI** e o **AGORA** deste **TEMPO** oportuno onde se processa a salvação e a redenção dos pobres e oprimidos.

PRESENÇA de comunhão nas suas reivindicações de Justiça e Paz. **PRESENÇA** de denúncia às muitas violações dos seus direitos. E sobretudo, **PRESENÇA** de esperança para os que ainda se sentem temerosos de fazer ouvir a sua voz e o seu grito.

Quatorze anos de CEI e renascemos. E contamos com vocês para que, juntos, sejamos **PRESENÇA** de comunhão, denúncia e esperança com os pobres e oprimidos deste nosso **TEMPO**: criados “à imagem e semelhança com Deus”. (Gen. 1,26)

Somos, hoje, com vocês: **TEMPO E PRESENÇA**.



"Que ninguém mais ouse duvidar da capacidade de luta da classe trabalhadora."

Greves ... e há mais do que isto.

"Eis que o salário dos trabalhadores que por vós foi retirado com fraude está clamando, e os clamores penetraram até os ouvidos do Senhor". (Tiago 5,4)

Abrimos os jornais hoje em dia e o que normalmente encontramos são notícias sobre greves, manifestações, protestos, reivindicações. Há uma inquietação generalizada. Onde estamos? O que está acontecendo? As greves estão se alastrando. Em São Paulo, quase 200.000 funcionários públicos permanecem em greve. Em Brasília, 12.000 professores da rede oficial paralisaram todas as 272 escolas da capital. No Rio, milhares de professores também entraram em greve por uma semana. Motoristas de ônibus urbanos (São Paulo) fazem greve por 4 dias. Metalúrgicos de Niterói e São Gonçalo em greve quase uma semana. Greves também: Garis no Rio, Estivadores no Rio Grande do Sul,

Motoristas de Campinas, Operadores de cinema no Rio, Lixeiros da Vega Sojage em São Paulo, Fumageiros da Souza Cruz no Rio e São Paulo. E os metalúrgicos do ABC com assembleia marcada para decidir se entram ou não em greve, exatamente, dois meses após o início da última que mobilizou quase 200.000 operários.

Não ocorrem só greves. Há também protestos de operários de construção civil em Salvador. Também em Salvador, concentração de 13.600 funcionários públicos que foram demitidos. Dia de Protesto, por deterioração do salário, realizada por mais de 900 professores, funcionários e representantes de entidades estudantis da Universidade de São Paulo. Assen-

bléia Geral de professores no Rio, em Salvador e em Campinas. Assembleia no Sindicato dos Calçados em S. José dos Campos.

Também no campo ocorrem protestos, reivindicações, greves. A área rural apresenta um quadro de explosão de milhares de conflitos: é o problema dos bóias-frias, dos posseiros, dos índios.

É perceptível uma mobilização crescente em todo o país, onde diversas categorias sociais vão se dando conta de que ocorreram, ao longo dos últimos anos, perdas reais no seu poder aquisitivo. Metalúrgicos, professores, médicos, lixeiros, serventes, motoristas — todos querem no

“Metalúrgicos, professores, médicos, lixeiros, serventes, motoristas — todos querem no final de contas uma política salarial mais justa.”

final de contas uma política salarial mais justa.

Enfim, após fecharmos os jornais, no nosso dia a dia, nos indagamos:

Quais as razões de tudo isto? O que está por trás de todos estes acontecimentos? A causa parece ser a mesma em qualquer lugar e situação — salário incompatível com o custo de vida.

O PORQUÊ DOS FATOS

“A economia vai bem mas o povo vai mal”. A situação do país foi definida pelo Presidente Médici, com esta frase, ao se referir ao “milagre brasileiro”.

As medidas da política econômica, após 1964, de combate à inflação através principalmente do arrocho salarial; a política de concentração da renda, deixando o “bolo crescer” para dividir depois; o “exportar é a solução”, criando uma série de incentivos para ampliar e diversificar as exportações brasileiras; a reformulação das leis que atraíram investimentos e empréstimos externos, aliadas às condições excepcionais que imperavam no mercado mundial a partir de 67/68, permitiram um crescimento do produto bruto brasileiro, no período de 68 a 73, a uma taxa de 8 a 9% ao ano. Foi a época do “milagre brasileiro”.

Realmente a economia brasileira parecia ir bem. Além do PNB ternos colocado em oitavo lugar entre as nações capitalis-

tas, o PIB crescia vertiginosamente e a taxa de inflação caiu de 86,6% em 1964 para 19% em 1970. Isto, segundo dados oficiais do governo.

Mas por que o povo ia mal? A resposta pode ser encontrada no gráfico.

quando observamos que o Produto Interno Bruto — PIB — (valor global dos

bens e serviços finais produzidos no país durante um ano) cresce e, que, os salários não acompanham este crescimento.

Tomando 1970 como um ano ilustrativo do “milagre” e dividindo a população brasileira em 4 camadas, obteremos o seguinte quadro da distribuição da renda: (1)

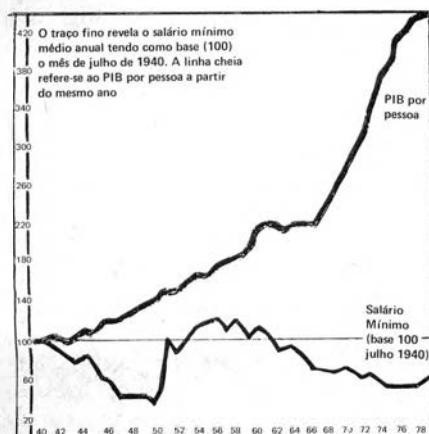
CAMADAS DA POPULAÇÃO E SEU PESO %		PORCENTAGEM DA RENDA
I	40	7,0
II	40	27,8
III	15	27,0
IV	5	36,2

Podemos constatar que 80% da população detém 34,8%, enquanto os restantes 20% se apropriam de mais de metade da renda total do país.

Em 1974, já não se podia mais falar que a economia ia bem. Os sinais da crise eram evidentes. O índice oficial da inflação foi de 30%. A política econômica do país mostrou-se claramente ineficaz. As medidas tomadas para combater a inflação, equilibrar a balança comercial, controlar a dívida externa do país e amenizar o problema do petróleo (que apenas aguçou a crise econômica) não deram resultado: os índices de inflação continuaram subindo. Em 1976, a inflação chegou a 46,4%. A crise atingia os mais fracos: os pequenos e médios empresários nacionais e, sobretudo, a classe trabalhadora sofria ainda mais com as medidas decretadas.

Porém, na concentração da renda e da terra, na política de “exportar é a solução”, na saída de uma boa parte da riqueza nacional através das multinacionais, na dependência da tecnologia e maquinaria estrangeiras, não se mexeu. Alguns fatos mais recentes confirmam isso: 1. o déficit comercial no período de janeiro a outubro de 1979 estava em torno de 800 milhões de dólares; 2. 1978 foi mais um ano

que reforçou a grande influência do capital estrangeiro no país: a dívida externa passou de 32 bilhões de dólares em 1977 para 42 bilhões de dólares em 1978; 3. o novo ministério, composto de ex e já conhecidos ministros, dando ênfase especial à agricultura, pretende transformar o Brasil em uma espécie de “celeiro do mundo”, via modernização do campo, através da penetração maciça do capital estrangeiro. Cabe aqui lembrar, que tal modernização vem se dando há bastante



“Se o salário real está cada vez mais comprimido e há um aumento incontrolável dos preços, diminui dia-a-dia o poder aquisitivo do trabalhador”.

tempo, sendo a causa do êxodo rural e do aparecimento da nova categoria dos trabalhadores assalariados: os bóias-frias. Esta política agrícola é uma continuação do “exportar é a solução”. Solução para pagar as importações e a dívida do país, já que os incentivos dados à agricultura de exportação, em detrimento da cultura para consumo interno, tornam ainda mais agudos os problemas de escassez e encarecimento dos alimentos. Mas a quem beneficia esta política?

Os 3 grandes projetos implantados na Amazônia, o famoso Jari, do milionário Daniel Ludwig, a Fazenda Suia-missu, do grupo Liquigás e a Companhia Vale Cristalina, de propriedade da Volkswagen, perfazem um total de 2.206 mil hectares, mas empregam menos de 15 mil trabalhadores.

Como a inflação de março deste ano foi a maior desde 1965, o governo elaborou um novo “pacote anti-inflacionário”, cujas medidas de combate à inflação são de eficácia duvidosa e estão levando a economia na direção de uma recessão, além de serem extremamente injustas, socialmente.

Como a política econômica tem afetado a classe trabalhadora assalariada?

O significado da política econômica do país nos últimos anos, para a grande massa dos trabalhadores é bastante claro. Além da elevação do custo de vida ela tem implicado, por um lado, na redução dos empregos industriais e, portanto, em salários baixos em virtude da concorrência maior do exército dos desempregados. Por outro lado, ela significa diminuição do salário real, já que a política de combate à inflação tem nos salários a sua principal vítima. A Fundação Getúlio Vargas, órgão oficial de fixação dos índices do governo, revelou que em virtude de “uma revisão das contas nacionais” a partir de julho de 1977 a inflação brasileira para o ano de 1973 passaria a ser, oficialmente, de 20% e não de 15,5% como havia sido decretado. Era o reconhecimento público da manipulação oficial das estatísticas para prejudicar a classe trabalhadora; o

controle e o cálculo dos reajustes salariais são baseados no índice da inflação.

Os dados abaixo são significativos da situação de exploração dos trabalhadores:

Concentração de Renda no Brasil – 1960-1976

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	PARTICIPAÇÃO NA RENDA	
	Ano: 1960	Ano: 1976
50% mais pobres	18%	12%
30% seguintes	28%	21%
15% seguintes	26%	23%
5% mais ricos	28%	39%

Fontes: LANGONI, *Distribuição da Renda e Desenvolvimento do Brasil – 1973 IBGE – 1976.*

Comparando com o custo de vida, a evolução das condições de vida dos trabalhadores brasileiros foi a seguinte: (2)

	MARÇO DE 1971	MARÇO DE 1976
Custo de vida	100	380
Salário nominal	100	240
Salário Real	100	69

Se o salário real está cada vez mais comprimido e há um aumento incontrolável dos preços, diminui dia a dia o poder aquisitivo do trabalhador. Levantamento realizado na cidade de São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas – DIEESE,

estabeleceu uma relação entre o volume de horas que um trabalhador precisava em 1965, e em anos subsequentes, para adquirir a mesma quantidade de alimentos, levando em conta o poder aquisitivo baseado no salário mínimo. Chegou à seguinte conclusão:

PRODUTOS	QUANTIDADE	DEZEMBRO 1965	DEZEMBRO 1973	MARÇO 1977
Carne	6,000 Kg	26h 24min	66h 22min	48h 09min
Leite	7,5 L	04h 15min	05h 46min	07h 08min
Feijão	4,500 Kg	07h 08min	11h 28min	19h 48min
Arroz	3,000 Kg	03h 45min	05h 54min	05h 11min
Farinha Trigo	1,500 Kg	02h 23min	02h 23min	01h 46min
Batata	6,000 Kg	07h 36min	08h 49min	09h 18min
Tomate	9,000 Kg	08h 24min	14h 53min	20h 45min
Pão	6,000 Kg	07h 48min	13h 04min	18h 00min
Café (pó)	0,600 Kg	00h 46min	03h 47min	08h 37min
Banana	7,5 Dz	04h 00min	10h 44min	10h 44min
Açúcar	3,000 Kg	03h 48min	02h 46min	03h 54min
Manteiga	0,750 Kg	07h 19min	06h 41min	04h 56min
Banha	0,750 Kg	03h 44min	09h 05min	09h 19min
TOTAL		87h 20min	158h 42min	167h 34min

Fonte: Produto e Quantidade: Decreto-Lei nº 399, de 30/4/38
Preço médio do Município de São Paulo – DIEESE.

“Durante 1978, o movimento grevista cresce e se expande não apenas em termos de regiões como também de diferentes categorias profissionais”.

cia em que foram importantes o trabalho da ACO — Ação Católica Operária, e JOC — Juventude Operária Católica, e dos movimentos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Os primeiros, por fazerem um trabalho nas fábricas e as CEBs por estarem implantadas nos bairros e vilas operárias. Foi uma forma de manter acesa a chama. Eram os anos chamados de “arrocho para cima, cassete para baixo”.

Até 1973 o trabalho foi marcado pela dispersão. Durante os anos 73/74, o movimento operário sobreviveu através de um movimento embrionário, de acumulação de forças, se reconstituindo dos duros golpes dos anos anteriores. O importante é ter em conta que este trabalho de “formiga” mostrou que o movimento grevista iniciado em maio de 78, dez anos após as greves de Contagem e Osasco, não surgiu por acaso, de repente. Desde 1973, os metalúrgicos de São Paulo, especialmente do setor automobilístico, vinham adotando táticas diversificadas de luta: greve total ou parcial, greve de horas-extras, operação tartaruga, paralisação de máquinas dos setores, manifestação de protesto e depredações. No Rio de Janeiro, Minas, Bahia e no Sul, também ocorreram algumas destas manifestações. (7)

Já em 1974, com a crise geral que se iniciava, existiam as primeiras condições para um desenvolvimento maior do movimento operário. Em 1976/77, tomam corpo as oposições sindicais. Nestes anos o movimento operário cresceu e se ampliou. Completamente esquecidos pelos poderes públicos, os habitantes da periferia das grandes cidades, face à inadequação ou inexistência de uma infraestrutura mínima em termos de saúde, educação, transporte e serviços básicos, foram obrigados a se organizar em torno dessas reivindicações específicas. Esses movimentos sociais populares têm sido uma experiência importante para essas populações, que puderam assumir progressivamente o controle de decisões e reivindicações que afetam sua vida cotidiana. Da identificação de seus interesses mais imediatos a uma visão mais ampla sobre a origem

dessa situação e as possíveis maneiras de mudança há todo um caminho que está sendo percorrido. Durante as recentes greves no ABC foi extremamente importante para os metalúrgicos, o apoio recebido desses movimentos de base.

Foi muito significativo o aparecimento, em caráter amplo, de uma imprensa operária tipo “Zé Marreta”, “João Ferrador” etc. Toda esta movimentação operária permitiu o aparecimento na vida sindical do país de líderes sindicais, hoje conhecidos como “autênticos” pela combatividade, e que atualmente já articulam 38 sindicatos.

A partir do segundo semestre de 1977 a luta dos operários, especialmente dos metalúrgicos, dá um salto adiante com manifestos, várias ações e, principalmente, com a luta pela Reposição Salarial dos 34, 34,1% dos índices falsificados em 1973. Várias assembleias são realizadas com a presença maciça de operários e manifestos

são divulgados exigindo a reparação salarial: o “Documento dos Trabalhadores”, representando mais de 300 mil trabalhadores do Rio Grande do Sul, e assinado por 110 sindicatos; a “Carta dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico” de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra em São Paulo; o “Manifesto dos Metalúrgicos” da Cosipa-Santos, São Paulo; manifesto de 500 trabalhadores de Recife reunidos num encontro pela ACO. Todos eles criticavam a estrutura sindical do país e reivindicavam participação democrática na sociedade.

Durante 1978, o movimento grevista cresce e se expande não apenas em termos de regiões como também de diferentes categorias profissionais. Assim é que, baseando-nos apenas no noticiário de jornais, podemos apresentar, a grosso modo, uma listagem das categorias profissionais que estiveram em greve em determinadas cidades durante 1978 até maio de 1979:

CATEGORIAS

Ascensoristas
Atores e empregados da rádio e televisão Tupi
Bancários
Ceramistas
Carreiros
Construção Civil
Dubladores
Empregados em postos de gasolina
Fumageiros
Funcionalismo Público
Garis e Lixeiros
Gráficos
Lavadeiras
Metalúrgicos
Motoristas de táxi
Motoristas e trocadores de ônibus urbanos

Médicos e residentes

Operadores de cinema
Professores

Tecelões
Trabalhadores rurais
Vendedores de pules do Jôquei

CIDADES

São Paulo
São Paulo
Rio/São Paulo
Itu, SP
São Paulo
Rio/São Paulo
Rio/São Paulo
Rio
Rio/São Paulo
São Paulo
Rio/São Paulo
São Paulo
Acre
São Paulo: capital, ABC, interior
São Paulo (2)
São Paulo: capital, Jundiaí, Osasco, Araraquara, ABC;
Rio, Juiz de Fora, MG; Vitória, ES
São Paulo, Taubaté (SP), Porto Alegre, Paraná
Rio
Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Salvador (BA), Brasília
Juiz de Fora, MG
Itanhaem, SP
São Paulo

“As greves resultam de um longo período de arrocho salarial e também de estômago, o que é pior ainda”.

A listagem ao lado não nos transmite porém, a dimensão real dos movimentos grevistas. Alguns profissionais estiveram em greve por duas vezes ou mais no período, como os trabalhadores rurais de Itanhaém, os motoristas de ônibus de Jundiaí, os metalúrgicos do ABC, os médicos no Rio e São Paulo. O tempo de duração das greves também é significativo, como por exemplo, a paralisação de 27 dias dos Ceramistas de Itu, a paralisação de 39 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos durante 8 dias; e a paralisação, durante 15 dias, dos 200 mil metalúrgicos

do ABC neste ano e a dos Funcionários Públicos de São Paulo, com mais de 200 mil grevistas parados desde o início de abril em todo o estado de São Paulo.

A duração dos períodos de paralisação e as adesões totais dos profissionais das diferentes categorias, na maior parte dos casos, vem nos mostrar uma crescente capacidade de mobilização e resistência nos últimos dois anos.

Estas manifestações, que são a resposta à situação de extrema exploração da massa de oprimidos não tem se limitado aos grandes centros urbanos. Os assalariados

rurais também já começam a reivindicar melhores salários. Como é o exemplo dado em Itanhaém, onde, pela quarta vez, em abril deste ano, os trabalhadores recomeçam uma greve. Os posseiros e os índios no campo, ameaçados pelos grandes projetos agro-pecuários de perderem suas terras, também empreenderam uma luta de resistência. Assim é que podemos registrar cerca de 126 conflitos pela posse da terra no período de 1971 a 1976, nos estados do Paraná, Minas, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, Maranhão e Ceará, com 31 mortes e 59 feridos.

Entretanto, a luta do assalariado brasileiro, e aqui falando principalmente do operariado, não tem de fato se limitado às greves que são o seu ponto mais visível. Não tem sido apenas uma luta pela reposição salarial ou aumentos salariais; tem se mostrado também como uma movimentação na defesa dos interesses da classe assalariada.

O já citado “Documento dos Trabalhadores”, a vitória da chapa de oposição nas eleições de alguns sindicatos e o Congresso de Lins, de onde se extraem propostas de criação de um Partido do Trabalhador, são exemplos concretos de que as greves são apenas um episódio na conquista de condições de vida mais justas.

Os decretos baixados pelo governo, (como o 1632, de agosto de 78, que amplia a lista das categorias que não podem fazer greves), as demissões de grevistas, a intervenção nos sindicatos e a re-

A IGREJA E AS GREVES

O novo salário mínimo não mudou nada e a salvação virá pela união do povo e não dos poderosos”

D. Cláudio Hummes, Sto. André

“Cristo, os trabalhadores do ABC foram obrigados a fazer greve para procurar um pequeno aumento em seus salários, enquanto as grandes firmas multinacionais têm lucros enormes.

Liturgia Penitencial da missa de Primeiro de Maio em Sto. André

“As greves resultam de um longo período de arrocho salarial e também de estômago, o que é pior ainda”.

D. Eduardo Koalk, Rio de Janeiro

“A greve é uma reivindicação do direito de participar, de decidir sobre os destinos da riqueza nacional, saber quem a produz, para saber com quem fica essa riqueza”.

D. Celso Queiroz, SP

“As reivindicações que se faz hoje são justas, porque há um regime de grande sofrimento, pobreza, falta de condições mínimas para viver e as reivindicações vindas de operários e camponeses merecem todo o atendimento pois vem ao encontro de nossas intenções”.

D. Luciano Mendes, Secretário Geral da CNBB

“A mensagem da Igreja dirige-se sempre ao homem como um todo e não apenas à sua “alma”. Portanto, a mensagem tem consequências na esfera total da vida do homem, na esfera física, cultural, social, econômica e política”.

Declaração de Curitiba, Igreja Luterana

“E mais comum encontrar a violência do lado do forte porque o exercício do Poder descontrola o uso da razão e faz a pessoa utilizar métodos, meios e processos de opressão”.

D. Luciano Mendes, Secretário-Geral da CNBB

“Acrescentaram ainda os bispos que as diferenças entre os salários são insustentáveis, porque levam uns ao esbanjamento e outros à fome cruel”.

D. Paulo Arns, Cardeal SP

“Tais fenômenos (as greves) têm sua origem fundamental na injusta distribuição da riqueza, que sacrifica direitos básicos da vida pessoal e familiar”.

CNBB, Mensagem do Dia do Trabalho

“É injusto aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes confirmando a miséria dos pobres e oprimidos. Os programas para aumentar a renda nacional precisam criar distribuição equitativa de recursos, combater discriminações, vencer injustiças econômicas e libertar o homem da pobreza”.

Credo Social da Igreja Metodista

“Fazer um mundo mais justo significa esforçar-se para que não haja trabalhadores maltratados nem diminuídos em seus direitos, que não haja sistemas que permitam a exploração do homem pelo homem ou pelo Estado, que não haja corrupção, que não haja pessoas a quem sobra muito, enquanto a outros, sem culpa própria, tudo falta”.

Papa João Paulo II, Puebla



“O arrocho salarial e a instabilidade no emprego são fatos que interferem neste processo de luta por uma vida mais humana”.

pressão policial pura e simples, têm sido tentativas do governo de sustar o crescimento do movimento dos trabalhadores.

Mas, a existência e o fortalecimento das organizações de trabalhadores é o fato mais importante do novo quadro político brasileiro, com o qual todos terão de contar de ora em diante.

QUESTÕES/DESAFIOS

Diante de tudo o que se apresentou neste artigo podemos agora lançar mão dos obstáculos que os trabalhadores assalariados vem enfrentando nestes últimos quinze anos. E que através de uma luta árdua tenta combatê-los. Hoje já sentimos que o movimento operário avançou e apresenta desafios concretos após incessantes protestos.

Como obstáculos verificamos que a própria estrutura sindical — manipulação dos pelegos — e a Legislação Trabalhista são deficientes e ultrapassadas. Existe uma falta de participação política e falta de uma consciência de classe da grande maioria, nestes últimos 15 anos. Enfim percebemos que a falta de articulação e de unidade em torno de um programa de ação comum, a falta de participação em outras formas de organização, o arrocho salarial e a instabilidade no emprego são fatos que interferem neste processo de luta por uma vida mais humana.

O que realmente determina os limites desta luta do mundo do trabalhador no Brasil é a formação política limitada e o acentuado desnível entre as lutas nas diferentes regiões do país, ocasionando uma consciência individual das lutas e as ações com perspectivas de curto prazo.

Pode-se, entretanto, verificar que os trabalhadores nos últimos anos fizeram uma caminhada que representa sem dúvida importantes avanços. Indicaremos alguns dados muito evidentes:

— uma maior sensibilidade operária em alguns sindicatos permitiu a aproximação de milhares de operários ao seu órgão de classe. É o caso das maciças assembléias



sobre a Reposição dos 34% no ABC e a greve de outubro/78 na Grande São Paulo;

— formação de grupos operários nos locais de trabalho, como sementes de comissões de fábrica;

— fortalecimento das oposições operárias, que desenvolveram atuação significativa durante as greves;

— surgimento e crescimento de associações de bairros;

— elevação do nível de participação dos trabalhadores, de forma mais consciente e mais criativa nas reivindicações e greves de 78/79;

— crescimento e solidificação das Pastoras Operárias e das Comunidades Eclesiais de Base;

— fortalecimento da Comissão Pastoral da Terra;

— solidificação do Conselho Indigenista Missionário e o apoio que tem recebido por outros setores sociais à sua posição frente a causa indígena.

Esses avanços não podem ser medidos nem avaliados prematuramente. Indicam, entretanto, passos muito significativos onde o medo foi vencido, onde certas leis foram ultrapassadas, e onde a bandeira da justiça foi fortalecida.

Porém, essa realidade colocou uma série de desafios novos e urgentes para

todos os trabalhadores, em termos de sua organização, do trabalho sindical, da ligação dessas lutas econômicas com uma perspectiva política. A realidade exige que se tome posição frente a esse quadro de mudanças e de movimentos que estão presentes, tanto em termos de política salarial, como da Lei de Greve, na alteração da CLT, etc. Algumas questões aparecem mais nitidamente, tais como:

— as formas de se preservar o espaço social conquistado nas últimas lutas;

— como se situar diante das propostas de criação de novos partidos, para que não sejam instrumentalizados como nas experiências anteriores;

— como fortalecer os grupos de base para que os trabalhadores não fiquem dependentes de suas lideranças sindicais;

— como conseguir que os trabalhadores não se limitem apenas à descrição de ações isoladas mas que reflitam uma consciência social mais ampla;

— como criar instrumentos de uma constante análise crítica das suas ações e da conjuntura em que estão atuando;

— para os grupos cristãos o relacionamento dos marcos referenciais de Fé com a luta econômica e política também se apresenta como desafio.

Vale a pena ler:

PROTESTANTISMO E REPRESSÃO

O mais recente estudo sobre o Protestantismo acaba de ser lançado pela Ed. Ática. Seu autor é o eminente teólogo Ruben Alves, um dos precursores da Teologia da Libertação. Sua obra analisa de maneira veemente toda a estrutura do pensamento protestante e seus componentes repressivos. Publicamos, para seu maior conhecimento, esta entrevista com o autor.

1. O que determinou a sua motivação para escrever o livro "Protestantismo e Repressão"?

Basicamente o que aconteceu é que experimentei ao nível pessoal os mecanismos de repressão protestante. Depois, experimentei ao nível social e político os mesmos mecanismos de repressão. Por outro lado, sabia que o protestantismo sempre se gabava de ser uma ideologia liberal e democrática. Então, queria saber como se articulava esta repressão institucional com o discurso liberal democrático.

2. Quais as conclusões que você chegou com o seu trabalho?

Resumindo, concluí, que ao contrário de que muita gente pensa, o protestantismo não é uma ideologia liberal com certos ataques de autoritarismo, mas antes, uma ideologia autoritária com certos períodos de mansidão liberal. Na verdade, os componentes repressivos se revelam não só no controle moral dos crentes mas desde os níveis mais elementares como o estabelecimento de mecanismos institucionais para a liquidação do pensamento desviante.

3. Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

Minha observação final seria que se fizermos uma comparação entre o aparente totalitarismo católico com o igualmente aparente liberalismo protestante — ao menos em relação a atual situação brasileira — chega-se à conclusão de que parece existir maior flexibilidade institucional na Igreja Católica para fazer lugar a um pensamento fora das normas institucionalizadas, para novas formas de organização que dentro das dominações protestantes. Rubem Alves, *Protestantismo e Repressão*, Ed. Ática, SP, 1979.

MISSA DA TERRA SEM MALES

A Editorial Livramento publicou o texto da *Missa da Terra sem Males* de autoria de D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, e de Pedro Terra. Esta missa é uma violenta denúncia da opressão vivida pelos índios desde os tempos da coloniza-

ção da América Latina até os nossos dias. Particularmente, no Brasil, ela se insere em toda a luta travada pela Igreja para a demarcação das terras indígenas, contra a emancipação do índio, e contra as agro-industriais que têm expulsado tribos de suas terras, muitas vezes exterminando-as. Ed. Livramento, SP, 1979, 23pp.

OS AVANÇOS DE PUEBLA

A Revista Eclesiástica Brasileira (REB) publicada pelos franciscanos em Petrópolis no seu último número especial traz uma coletânea de textos sobre a III CELAM em Puebla. Todos os seus articulistas ali estiveram presentes. O número apresenta uma farta documentação tanto dos pronunciamentos de João Paulo II como das intervenções na

Assembléia do Celam. A grande conquista de Puebla foi o fato de que houve um alargamento das bases da igreja: muito mais gente assumiu, oficialmente, o caminho percorrido pela Igreja desde Medellín.

Revista Eclesiástica Brasileira — REB — Fascículo 153, Março de 1979, Ed. Vozes, Petrópolis, 368pp.

PUEBLA PARA O POVO

Frei Betto, religioso dominicano já é por todos conhecido pelas suas obras da prisão e reflexões sobre pastoral popular. Profundo conhecedor das Comunidades de Base seu mais recente trabalho vem agora de ser lançado. Nele ele nos mostra a dimensão popular de Puebla e sua repercussão para a Pastoral Popular. Nesta entrevista, frei Betto, fala para vocês da sua mais recente obra.

1. Qual o significado de Puebla para a pastoral popular?

Foi a própria pastoral popular que fez Puebla. Não foram os bispos que a fizeram. A conferência exprime a caminhada popular da Igreja, com todas as suas oposições e tensões. O importante é que Puebla confirma a maior conquista da Igreja nos últimos anos: as Comunidades Eclesiais de Base. Os entrecosques que se deram no encontro são o reflexo das lutas que as bases populares vivem.

2. Por que a edição popular do documento de Puebla?

Para devolver ao povo aquilo que ele mesmo fez. A linguagem oficial do documento não é a linguagem do povo. Reflete uma forma de expressão que é própria dos setores dominantes da sociedade e

que não é comum aos setores populares da Igreja.

3. O seu trabalho não reproduz todo o documento. Quais os critérios usados para selecionar determinados textos?

Foram escolhidos os temas que falam diretamente da problemática vivida pelas bases populares. Os assuntos específicos da estrutura eclesial e outros que não se relacionam intimamente com a caminhada do povo não foram privilegiados. Ressaltam-se os aspectos doutrinários ligando-os com a realidade em que vivemos. É o documento de Puebla com um sotaque brasileiro. Dentro da perspectiva da pastoral popular ele deverá ser estudado e discutido comunitariamente e não individualmente. Tem 40 ilustrações, porque o povo não gosta de muitas letras, ele quer imagens. Com a sua sabedoria ele quer ver o que se escreve. Procurou-se dar visualização das idéias apresentadas, sempre dentro da perspectiva dominante de Puebla — a da evangelização libertadora. Foi um esforço para transformar o documento oficial em um verdadeiro instrumento de trabalho e de luta para a Pastoral Popular e particularmente para as milhares CEBs de todo o Brasil. Frei Betto, *Puebla para o Povo*, Editora Vozes, Petrópolis, 1979.

Aconteceu

PENTECOSTAIS PROTESTAM EM PASSEATA

Cantando hinos da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo" e refletindo o refrão "Se Deus é por nós, quem será contra nós?" centenas de pessoas organizaram em Parati, RJ, uma passeata de protesto contra o ato do juiz despejando 23 famílias de Trindade, região de posseiros no litoral fluminense, a favor da empresa multinacional Trindade Desenvolvimento Territorial. A palavra greve foi pela primeira vez



pronunciada no local e os seus moradores perceberam que significava "a única forma de botar pra fora o que há anos sentimos: revolta". Só depois, na palavra de um morador "percebemos que não podíamos fazer greve. Greve é para os paulistas. Mas, podemos fazer passeata. E começamos a organizá-la". O movimento recebeu a desão da população local e das Igrejas Católicas, Evangélicas da região. Ela foi organizada pelos próprios posseiros que fizeram reuniões diárias, prepararam faixas com dizeres "Queremos justiça", "De Trindade não sairemos", "Estamos no Brasil" e ensaiaram hinos que seriam cantados na rua.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO É DESRESPEITADA

O *Servicio Paz y Justicia* promoveu o I Encontro Internacional de Treinamento em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em princípios de abril. Seus participantes dirigiram documento ao Ministério do Interior, ao Bispo D. Cláudio Hummes de Santo André, à Organização Internacional do Trabalho e à Organização dos Estados Americanos, em que condenam a intervenção federal nos sindicatos dos metalúrgicos da região do ABC de São Paulo, exigem atendimento às legítimas reivindicações dos metalúrgicos e a devolução dos sindicatos a seus representantes legítimos, respeitando assim a Convenção da Organização Internacional do Trabalho número 87.

BISPOS DO R.N. * DEFENDEM POPULAÇÃO AFETADA POR BARRAGEM

A Assembléia Ordinária dos Bispos do Rio Grande do Norte, realizada em Mossoró, divulgou comunicado ao povo sobre a posição da Igreja com respeito à construção da barragem no rio Baixo-Açu. Depois de um estudo sobre as repercussões sociais e pastorais do Projeto, os bispos e padres das cidades que serão afetadas resolveram "assumir as preocupações, angústias, incertezas e intranquilidade de centenas de famílias que serão atingidas, sobretudo as mais pobres". O documento apela para que sejam dadas explicações ao povo, que as indenizações sejam justas, que os despejados em razão da inundação da barragem tenham prioridade na distribuição de novas terras e que "os responsáveis pelo Projeto assumam a responsabilidade da situação da saúde, da educação, da assistência social da população atingida".

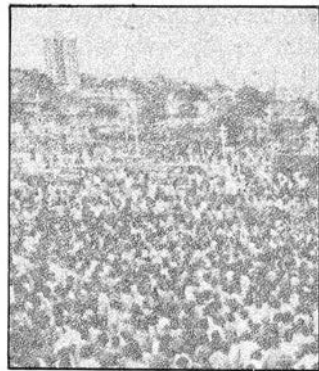
ARCEBISPO DE S. LUÍS CONTESTA ACUSAÇÕES DE PECUARISTAS À IGREJA

O Arcebispo de São Luís, Maranhão, publicou uma nota em que contesta as acusações feitas à Igreja por 29 pecuaristas, fazendeiros do município de Turiaçu, onde esclarece que "os problemas sociais são dimensionados pela sua ex-

tensão e por seus alcances"; diz ainda que "de um lado, temos em Turiaçu, cinco mil famílias de gente pobre e humilde e de outro lado, 29 pecuaristas ricos e poderosos, tentando sê-lo mais ainda, sem contemplação com a mi-



POSIÇÕES DO PAPA AUMENTAM SUA POPULARIDADE



"O trabalho está a serviço dos homens, e não os homens a serviço do trabalho", afirmou o Papa João Paulo II dirigindo-se a um grupo de sacerdotes-operários que integravam uma multidão de cerca de 150 mil pessoas que assistiu à sua audiência geral na Praça de S. Pedro. "É preciso, continuou ele, que o homem não seja um escravo me-

séria e os sacrifícios de muitos". Segundo a acusação feita pelos pecuaristas ao governo do estado, a Igreja seria a responsável pela fermentação social e o incitamento dos lavradores a defenderem suas terras.



dido pelo asfixiante materialismo". O grande número de pessoas que afluem às audiências semanais de João Paulo II cresce a cada dia, atestando a popularidade do papa.

(FSP - 26.4.79)

POSIÇÃO DA IGREJA REFLETE SENTIMENTO DA NAÇÃO

As relações entre a Igreja e o Estado foram tema da 17ª Assembléia Geral da CNBB realizada em Itaici, no interior paulista. Para D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, "os pontos críticos no diálogo com o Estado coincidem com aqueles que são sentidos pela nação: o encaminhamento jurídico da autonomia sindical e o tratamento das greves, o problema do pequeno agricultor, a questão das terras e dos índios". Ele acredita que com D. Ivo Lorscheider na presidência da



CNBB, haverá "especial atenção para as áreas mais carentes, como a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Norte, e para com as pessoas mais desprotegidas, como a classe dos trabalhadores das cidades e do campo".

(JB - 29.4.79)

PASTORAL POPULAR TEM NOVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM GOIÁS

Está sendo organizado em Goiânia, Goiás, um Centro de Reflexão e Documentação sobre a prática da pastoral popular, ou seja, dos trabalhos de base com lavradores, índios e operários. Recolher e divulgar o material elaborado pelo próprio trabalhador e levar até ele os relatórios de experiências de trabalhos de base e as histórias das lutas em defesa do povo são as metas do novo Centro. Seu endereço: Caixa Postal 646, Goiânia, Goiás.

IGREJA EPISCOPAL POR ANISTIA

O Concílio da Diocese Meridional da Igreja Episcopal

do Brasil reuniu-se em Caxias do Sul e manifestou-se inteiramente solidário com "entidades representativas e significativos segmentos da sociedade brasileira como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que se vêm pronunciando clara e inequivocamente a favor da defesa dos direitos humanos". Declara em documento, "seu propósito de empenhar-se por todas as formas legais e justas, a favor do ideal de uma ANISTIA que venha ao encontro dos anseios de paz e reconciliação da família brasileira e do ideal de transformação da Pátria em uma comunidade social em que os direitos da pessoa humana possam ser cada vez mais respeitados, promovidos e concretizados na vida do indivíduo e da sociedade"

IGREJAS NO CHILE DEFENDEM DIREITOS DOS OPERÁRIOS

As Igrejas Evangélicas do Chile estão mobilizadas na defesa dos direitos trabalhistas dos operários das minas de

carvão, cinquenta por cento dos quais são membros da Igreja Pentecostal. Em recente reunião, as igrejas aprovaram um programa de assistência jurídica ao pessoal despedido das minas e a criação de novas fontes de trabalho para 10.000 trabalhadores afetados.

GOVERNO DISTRIBUIRÁ ANTICONCEPCIONAIS

O governo brasileiro está recebendo pressões externas para instituir um programa de controle da natalidade; a nível interno, o governo ainda não tem uma definição clara sobre o assunto, pois existem opiniões diferentes sobre o problema. Vários estudos, documentos e artigos de jornais estrangeiros estão circulando, em muitas cópias, entre os tecnocratas do poder público às vésperas da definição governamental sobre a política de controle da natalidade. Entretanto, a Central de Medicamentos, do Ministério da Saúde, já realizou concorrência pública para o fornecimento de anticoncepcionais que se vão distribuídos à população fato já noticiado pela Agência Nacional no dia 22 de março.

COMITIVA GOVERNAMENTAL NA SECA NORDESTINA

"Senhor, perdoe eu encher meus olhos de lágrimas e des-



culpe eu pedir a toda hora para chegar o inverno, desculpe eu pedir para acabar o inferno" esse trecho publica-

do no jornal interno do Projeto Sertanejo de Mossoró, com o título "Súplica Cearense", retrata a situação dos 326 municípios atingidos pela seca que, garantem os meteorologistas, será muito pior em 1980. Mais do que a seca, a pobreza secular foi o que encontrou a comitiva governamental (cinco aviões, ônibus de luxo em cada lugarejo e uma caravana de carros) do Ministro Andreazza, que percorreu toda a região do nordeste castigada pela seca.



EMPRESÁRIOS BRASILEIROS E PARAGUAÍOS AMEÇAM COLONIZADORES

Nos últimos vinte anos, milhares de famílias brasileiras foram atraídas ao Paraguai com promessas de terras férteis e baratas, em projetos de colonização com estradas abertas, áreas reservadas para atividades comunitárias, escolas. Hoje, elas são aproximadamente 200 mil pessoas, uma população equivalente à da capital do estado de Santa Catarina. Mas grande parte desses colonos — que eram pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros no Brasil, e deixaram o País premidos pela concentração das áreas rurais ou pela mecanização da agricultura — está sofrendo toda espécie de pressões para abandonar a terra

comprada no Paraguai, em benefício de empresários brasileiros e paraguaios, com a conivência do "Instituto del Bien-Estar Rural" e sob a complacência das autoridades consulares brasileiras. Uma equipe do Centro Pastoral do Migrante, da Arquidiocese de São Paulo, percorreu quase mil quilômetros de estradas no Paraguai, visitando comunidades onde só se fala o português e ouviu relatos que mostram a luta por um pedaço de chão para cultivar. Passados os primeiros e mais duros anos de colonização — em que abriram as estradas por conta própria, derrubaram a mata (cedendo a madeira aos empresários), construíram suas casas, igrejas, escolas — os agricultores começaram a ser presos sem motivo, espancados e até ameaçados de morte pelos interessados em lhes tomar as terras. (FSP - 22.4.79)

MENORES ABANDONADOS

Duque de Caxias, município do Rio de Janeiro, conta com 1 milhão e 100 mil habitantes, dos quais 50% são menores, como acontece na maioria dos municípios brasileiros. O único hospital pediátrico do município atende em média a mil crianças por dia e a agência funerária enterra diariamente de sete a dez menores de 5 anos. Os carros das 4 delegacias policiais recolhem de 10 a 15 crianças por dia e as encaminham ao Juizado de Menores, onde é feita a triagem, separando os que praticaram "atos anti-sociais" dos que apenas andam pelas ruas. Segundo o Juiz de Menores de Caxias, Liborne Siqueira, para que o menor tenha atestado de nascimento, seu responsável tem de pagar de Cr\$ 200 a Cr\$ 300, isto é, mais de 15% do salário mínimo. Se-

gundo ele, todo o problema do menor está ligado à infra-estrutura sócio-econômica do país; nada ou quase nada está sendo investido pelo governo na faixa da população de zero a seis anos.

"NÃO TEM NINGUÉM DO POVO NO GOVERNO"

Após considerar que "o Governo não está nem pode estar voltado para o povo, porque não tem ninguém do povo no Governo", o Bispo de João Pessoa, D. José Maria Pires afirmou que mais importante que a abertura política é a abertura social "pois o povo está preocupado em resolver seu problema de fome".

Ao falar dos problemas atuais do Brasil, considerou que "falta coragem ao Governo para promover uma distribuição de riquezas", manifestando-se favorável à reforma agrária, como "a única forma de resolver os problemas do homem do campo". Segundo ele, as relações Igreja-Governo "nunca foram boas", acrescentando que "temos boas relações com pessoas do Governo mas não com o Governo enquanto sistema". Analisando as conclusões de Puebla, disse acreditar que três pontos devem ser aplicados imediatamente no Brasil: Libertação como Elemento Essencial da Evangelização, Opção Preferencial pelos Pobres e Comunidades Eclesiais de Base.



CIMI DENUNCIA: ÍNDIOS EXPLORADOS

Reuniram-se em Dourados, MS, 40 missionários da região do Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia, num encontro promovido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e pela Diocese de Dourado. Ali,

durante 15 dias, foi feito um estudo aprofundado sobre a situação dos índios da região, além de um plano de atuação da Igreja junto a eles. Os problemas que os grupos indígenas do novo Estado enfren-

tam são graves, e se devem principalmente à redução de suas terras, o que faz com que as reservas dos Guaranis, Kaiowá e Terana sejam insuficientes. A própria FUNAI ocupa terras da reserva com plantações e benfeitorias. Assim, as más condições de

trabalho e subsistência trazem graves problemas de saúde aos indígenas. Estes são obrigados pela escassez de terra, a buscar outras atividades, entre as quais a de plantadores de soja ou criadores de gado, como mão-de-obra barata nas fazendas.



CONVERSA FIADA

“Não me interessa a abertura do governo com o Conselho Indigenista Missionário; interessa-me a abertura com os índios. Não me interessa a abertura do governo com a Igreja; interessa-me a abertura com o povo. Abertura se traduz por melhores salários, liberdade de imprensa, participação política. Isso é abertura. O resto é conversa fiada. Não se trata de abrir a boca, mas de abrir as estruturas”. A afirmação foi feita à imprensa pelo bispo prelado de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, na entrevista coletiva que ele e D. Tomás Balduino, bispo prelado de Goiás Velho, convocaram para anunciar a “Missa da Terra sem Males”, promovida pelo CIMI e pela Comissão Pró-Índio, da arquidiocese de São Paulo, em comemoração pela Semana do Índio.

BISPO RECONHECE NAS GREVES O DIREITO DE REIVINDICAR

Para D. Celso Queiroz, bispo auxiliar de São Paulo,

que participou de uma entrevista coletiva concedida à imprensa por vários bispos reunidos em Itaiç, existe “uma dimensão política muito ampla nas greves, que é o direito de reivindicar. O direito de participar e decidir sobre a distribuição da riqueza nacional não é somente uma questão de percentagens. Para o bispo paulista, o governo não deve tratar as greves como questão de polícia, mas como uma questão social. Segundo D. Celso, “um governo que quer uma grande conciliação tem que apresentar como credencial dessa conciliação, uma anistia ampla, geral e irrestrita”, salientando que “essas opções precisam mais de gestos do que de palavras”

COMISSÃO DE PASTORAL DA CNBB É PROGRESSISTA

Durante a reunião realizada pelos bispos brasileiros em Itaiç, também foram eleitos os responsáveis pelos cargos que compõem a Comissão Episcopal de Pastoral. Nessa eleição, os progressistas conquistaram oito desses cargos. Os resultados são os seguintes:

Linha 1. Vocações e Ministérios, D. Celso Queiroz, bispo auxiliar de S. Paulo; Linha 1. Leigos e Família, D. Cláudio Hummes, bispo de Santo André; Linha 2. Ação Missionária, D. Ângelo Frosi, prelado de Abaetetuba, PA; Linha 3. Catequese, D. Albano Cavallin, auxiliar de Curitiba; Linha 4. Liturgia, D. Romeu Alberti, bispo de Apucarana, PE; Linha 5. Ecumenismo, D. João Batista Przklenk, bispo de Januária, MG; Linha 6. Promoção Humana e Educação, D. Orlando Dotti, bispo de Barra, BA; Linha 6. Meios de Comunicação Social, D. Eduardo Koiaik, auxiliar do Rio de Janeiro.

AGRICULTORES PEDEM APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA

Durante reunião com um grupo de posseiros do Rio Grande do Norte, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado — Fetarn — e a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal, tomou-se a decisão de enviar um memorial ao Ministério da Agricultura, onde 13 famílias de agricultores pedem a aplicação do Estatuto da Terra na área em que vivem desde o início da década de 50. Estas famílias estão ameaçadas de expulsão em virtude de despejo concedido pela justiça em favor da Empresa Gernas SA Agropecuária. Os agricultores fizeram



denúncias de violência por parte da Gernas SA, afirmando que tratores e máquinas estão “passando por cima das plantações”.

CNBB APÓIA TRABALHADORES

A mensagem da CNBB em apoio aos trabalhadores, inspirada pelas últimas paralizações de algumas categorias profissionais, acabou saindo em forma de “Mensagem do Dia do Trabalho”, afirmando que as reivindicações que têm levado a greves, se originam fundamentalmente na “injusta distribuição de riqueza”. Diz o documento: “Às vésperas do dia 1º de Maio, reunidos em Assembléia Geral, nós Bispos do Brasil, desejamos reafirmar o valor do trabalho humano”. “É pelo trabalho que o homem é chamado a transformar cada vez mais o mundo num lugar de convivência justa e fraterna, colaborando assim na construção do reino de Deus”. E continua: “Infelizmente, muitos conflitos veem-se verificando no mundo do trabalho, com violações da dignidade humana, colocada em segundo plano, diante de interesses egoístas de lucro. Isto tem levado a diversas categorias profissionais a recorrer a reivindicações mais condizentes com suas necessidades e até mesmo à greve como último recurso”. “A paz é fruto da justiça. Pertence à missão da Igreja empenhar-se pela justiça e defesa dos injustiçados. Desejamos a paz. Para alcançá-la é necessário eliminar os ingredientes que provocam as tensões entre o ter e o poder, e o ser em suas mais justas aspirações. Trabalhar pela justiça, pela verdade, pelo amor e pela liberdade, dentro dos parâmetros de comunhão e participação é trabalhar pela paz universal”.

CAPACIDADE INDUSTRIAL AUMENTA E AUMENTA MORTALIDADE INFANTIL

A América Latina aumentou sua capacidade industrial em 100% na última década, mas 41% de sua população tem menos de 15 anos de idade, sendo que a cada ano nascem 12 milhões de crianças na região, das quais mais de um milhão não chegam aos quatro anos de vida. É por isso que os representantes das 32 nações participantes do 18º período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, recomendam medidas urgentes por parte dos governos em favor da infância e a fim de evitar estes índices tão altos de mortalidade infantil.

MÉDICO DENUNCIADO: ORIENTAVA TORTURADORES

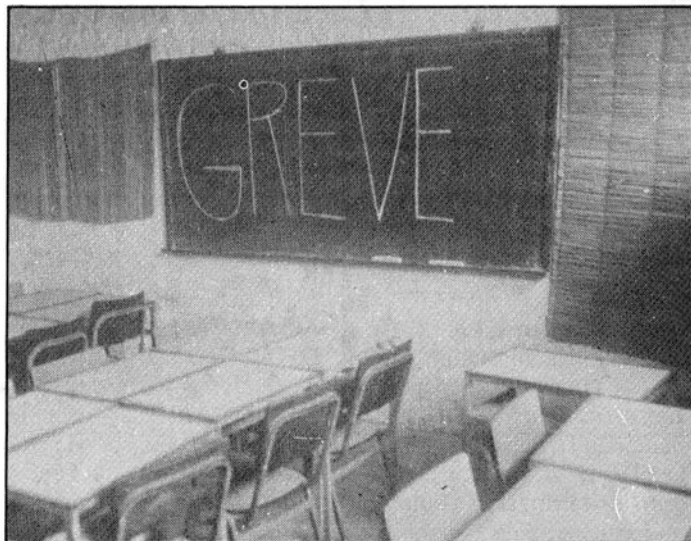
Os ex-presos políticos que participaram do debate promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia, de Minas, em comemoração ao Dia Nacional de Anistia, denunciaram o médico francês Jean Paul, professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como o responsável pelo "acompanhamento das torturas nas prisões". De acordo com a denúncia dos ex-presos políticos, Jean Paul orientava os torturadores em Minas sobre o limite da capacidade de tolerância de cada um dos presos às sevícias, para evitar, assim, que eles morressem "sem contar o que sabiam". (FSP - 20.4.79)

GREVISTAS PEDEM APOIO DA CNBB

Um grupo de representantes do Comando Regional de Campinas do movimento do

funcionalismo público, manteve contatos em Itaipu com o então presidente da CNBB, D. Aloysio Lorscheider com o bispo de Bauru, D. Cândido Padim e com o bispo auxiliar de S. Paulo, D. Celso Queiroz, pedindo o apoio da Igreja às greves dos servidores. D. Cândido Padim considerou justo o movimento grevista, "um direito sagrado dos trabalhadores" enquanto que D.

Celso Queiroz entende que "numa sociedade democrática as greves devem acontecer normal e naturalmente" e D. Aloysio Lorscheider, depois de ouvir a comissão, disse que encaminharia à CNBB o pedido de apoio. A greve do funcionalismo em Campinas continua crescendo; eles querem do governo, reajuste salarial de 70% mais dois mil cruzeiros fixos.



SITUAÇÃO DE DESESPERO GERA VIOLÊNCIA

Garantia de tranquilidade não será obtida pelos órgãos de segurança pública da cidade, amontoando nos xadrezes e prisões os assaltantes, assassinos e malfetores, disse o coordenador da Comissão da Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio, Padre Bruno Trombetta. Para ele, a única forma de deter a onda de violência é "dar aos delinquentes ampla, geral e irrestrita assistência social". Em vez de colocar os criminosos em "depósitos infectos e degradantes", Padre Bruno propõe que sejam cadastrados para "antes de tudo averiguar a realidade social, econômica e cultural de cada um". O religioso disse que "grande parte

das infrações é resultado de situações de desespero, muitas vezes vividas de forma crônica".

CAJÁ CONTINUARÁ PRESO...

Edival Nunes da Silva, o Cajá, preso em maio de 1978, acusado de tentar organizar no Nordeste um partido de esquerda, vai continuar preso, por decisão do Superior Tribunal Militar. Edival é estudante e na época de sua prisão trabalhava na diocese de Olinda e Recife, fazendo parte da Pastoral da Juventude. O julgamento do pedido de revogação da prisão preventiva ocorreu em Brasília e todos os ministros acompanharam o voto do relator do processo, baseados no fato de que "tudo indica que Cajá

voltará a cometer os mesmos atos de perturbação da ordem pública".

SINDICATOS RECUPERAM, NOS REGIMES AUTORITÁRIOS, SEU PESO POLÍTICO

Com cerca de 30 milhões de trabalhadores filiados, os sindicatos na América Latina estão recuperando um peso político que pode chegar a superar o que alcançaram durante a década de 50, segundo as opiniões de analistas de vários países do continente. Em alguns casos, esta nova fase dos sindicatos contradiz os objetivos de governos que se propuseram a regulamentar a atividade sindical, depurá-la de influências políticas, fragmentar suas organizações e renovar seus quadros dirigentes. O surgimento de uma forte corrente sindical no Brasil, com epicentro nas zonas onde se concentrou a industrialização dos anos 60 e 70; os recentes atritos da prova de força iniciada entre



o governo militar argentino e um setor da direção sindical; e o surgimento de tendências independentes no sindicalismo mexicano, opostas aos vínculos que este mantém com o partido governamental, são os três centros principais de análises dos especialistas. Em países como a Venezuela e o México, o desenvol-

vimento industrial dos últimos anos está dando lugar ao surgimento de um sindicalismo novo, que procura adquirir uma fisionomia própria na vida do país. Já no Paraguai e no Equador, são baixas as ta-

xas de sindicalização, ao contrário da Argentina. Em muitos casos, a atividade política dos sindicatos está proibida e no Brasil surgiu nos últimos tempos, uma geração de dirigentes sindicais que declaram

sua intenção de fundar um partido dos trabalhadores. Segundo a maioria dos analistas, 1979 será um ano fundamental para observar a evolução do sindicalismo na América Latina.

bate à chamada "imprensa nânica" ou "alternativa", na qual se insere a "imprensa religiosa", através de pressões econômicas e de ordem administrativa. O jornalista responsável pela matéria, Evandro Paranaquá, deverá ser processado com base na Lei de Segurança Nacional.

(ESP - 18.4.79)



AINDA OS MENORES...

A redução para menores de 16 anos da idade limite para fins de responsabilidade penal, defendida pelo Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Otávio Gonzaga Jr. como uma das soluções para resolver o problema dos chamados "trombadinhas" foi considerada um retrocesso, um erro e, no mínimo, uma medida inútil, por juízes, promotores e especialistas ligados ao problema do menor. Segundo o Juiz de Menores da Capital, Newton Silveira, "isto seria o mesmo que tentar acabar com a seca do Nordeste por meio de um decreto". Sobre o problema, o promotor Azevedo Marques, disse que "só através de melhores condições de vida, de uma melhor distribuição de renda e de uma efetiva educação e profissionalização poderemos resolver o problema a médio prazo."

(FSP - 24.4.79)

"A IGREJA NÃO SE DESENGAJARÁ DE SUA AÇÃO SOCIAL"

Com a participação de D. Luciano Mendes, novo secre-

tário geral da CNBB e de D. Romeu Alberti, membro da comissão Episcopal de Pastoral, D. Ivo Lorscheider participou de sua primeira entrevista como presidente eleito da entidade afirmando que a Igreja "não se desengajará de sua ação social", independente de qualquer diálogo com o governo. Quanto ao processo de abertura política, D. Ivo afirmou que "a Igreja sempre acompanha esses processos com realismo pastoral" D. Ivo não quer acreditar na possibilidade de um "fechamento" como anda circulando nos bastidores políticos e entende a abertura política "como a consecução dos dois pilares do convívio político, como dizia Paulo VI: a igualdade e a participação; a igualdade de direitos e a consciência de participação". Negou-se a enumerar os pontos críticos que ainda poderiam existir no relacionamento Igreja-Estado no Brasil, dizendo que existem bases para se conseguir um verdadeiro diálogo. Reportando-se ao documento de Puebla, lembrou as três ideologias consideradas incompatíveis com o cristianismo: capitalismo liberal, coletivismo marxista e a ideologia da segurança nacional.

REFORMA AGRÁRIA SEM CAMPONESES ESTIMULA CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE

"O governo brasileiro, mais comprometido com as classes dominantes, com o poder econômico e com o poder político dominante, não tem condições de fazer uma reforma agrária em que haja plena participação dos camponeses". A opinião é de D. Antônio Fragoso, bispo de Crateús no Ceará. D. Fragoso acredita que para haver uma reforma agrária é necessário que haja uma ação consciente e lúcida dos camponeses, para que eles participem desta reforma. Sem isso disse ele, toda reforma agrária estimulará a concentração da propriedade.

GOVERNO COMBATE IMPRENSA "NÂNICA"

O jornal Estado de São Paulo publicou, na íntegra, um documento elaborado em setembro de 1978, pelo CIE - Centro de Informações do Exército, onde se lê que o governo deverá reativar o com-



COLONOS SEM TÍTULOS DE POSSE

Expulsos há um ano de áreas indígenas no sul do Brasil, onde eram posseiros ou arrendatários, cerca de 570 colonos gaúchos e catarienses, hoje instalados com suas famílias no Projeto Terranova, a 650 quilômetros ao norte de Cuiabá, Mato Grosso, estão vivendo na mesma insegurança e passando por dificuldades até maiores do que as enfrentadas em seus estados de origem. O Incra ainda não concedeu o título de posse das terras e com isso os colonos não conseguem financiamento para dar início às suas atividades agrícolas. Sem os títulos e sem ter iniciado a produção própria, os colonos estão temerosos, vendo crescer dia a dia sua dívida com a compra de alimentos.

JUIZ MANDA SEVICIAR MENORES

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, encaminhou denúncia ao Tribunal de Justiça contra o juiz de Direito de Ibaiti, Arthur Heradio Gomes Neto, ao norte do estado, por ter atemorizado e mandado sevicar menores na delegacia. Cinco crianças tiveram suas cabeças raspadas e foram obrigadas a andar pelas ruas conduzindo uma placa com a palavra "ladrão". Dos menores, duas meninas vendiam sorvetes nas ruas para ajudar no sustento da família e foram submetidas a exames ginecológicos

realizados por um policial na delegacia, "para deixarem de ser vagabundas", segundo o juiz.

(JB - 26.4.79)

DOCUMENTO UNITÁRIO DAS CLASSES TRABALHADORAS

"A classe operária, como principal força no desenvolvimento político e econômico do país, reivindica, junto com os camponeses e demais setores progressistas da nossa sociedade, com suas responsabilidades, o direito de participar e intervir no processo de desenvolvimento econômico e político do Brasil". Foi este o trecho final do documento unitário, lido pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, durante a celebração do "Ato Público Unitário do 1º de Maio" no estádio do Olaria, subúrbio do Rio. Dezenas de faixas, 50 sindicatos, federações trabalhistas, associações de bairro, de favela e de moradores, entidades de oposição, parlamentares, associações profissionais e estudantes, compunham o grande público que compareceu ao ato.

AS DUAS COMEMORAÇÕES DO TRABALHO

A comemoração pelo Dia do Trabalho, em São Paulo, contou com duas programações: uma oficial, preparada para o governador na praça 19º de Maio no bairro Erme-lindo Matarazzo e onde dezenas de pessoas — em sua maioria crianças, se aglomeravam ao longo da rua principal e várias autoridades participaram da solenidade. A outra comemoração foi preparada pelos trabalhadores e contou com uma missa rezada no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, para mais de 50 mil pessoas reunidas. A

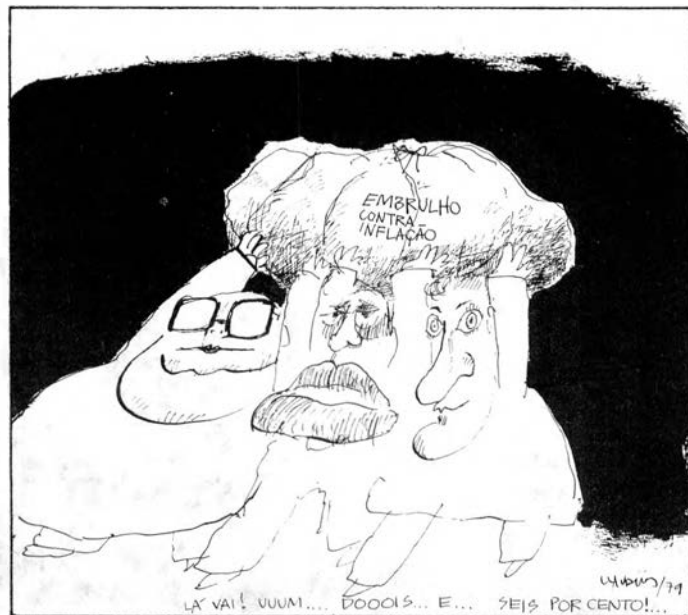
missa foi oficiada por D. Cláudio Hummes, bispo da região, que em seu sermão disse que "hoje a Igreja assumiu integralmente as causas de Cristo e optou pelos pobres e marginalizados, que batalha por um gesto de solidariedade e justiça. Uma justiça que corrija por exemplo, as distorções salariais, como este novo salário mínimo, que não mudou nada e ficou tudo nas promessas. A salvação virá pela união do povo, não dos poderosos". A missa terminou com uma passeata até o estádio de Vila Euclides, onde

houve a concentração de 130 mil trabalhadores, em prosseguimento à comemoração da data. Falaram representantes de vários sindicatos, o presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, o representante da União Estadual dos Estudantes, uma representante do Movimento de Luta pela Creche, e foi lida uma mensagem do presidente do MDB. "Liberdade e autonomia sindical", "Direito de Greve", "Salário mínimo real e unificado", "Medidas concretas contra a carestia", eram as palavras de ordem gerais.

D. PAULO: "ÁS ÚNICAS MANIFESTAÇÕES LEGÍTIMAS SÃO AS DOS TRABALHADORES

D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, comemorou o dia 19 de Maio, celebrando missa para os ferroviários do bairro do Brás e explicou que "a diocese resolveu não marcar nenhuma programação religiosa para este dia, para não impedir a reunião dos trabalhadores; nossas comemorações já foram feitas

no domingo passado, quando em todas as missas explicamos a mensagem dos bispos aos trabalhadores". Ao celebrar a missa, D. Paulo afirmou "que as únicas manifestações legítimas são as dos trabalhadores; todas as demais do governo são artificiais". "Damos todo o apoio para que essas manifestações sejam realizadas e até recomendamos às nossas comunidades que participem delas, se pertencerem à classe operária" (FSP - 2.5.79)



PASSEATA DOS TRABALHADORES

Em Belo Horizonte, milhares de operários se concentraram na Cidade Industrial para as comemorações do Dia do Trabalho; no final das solenidades, promoveram uma passeata até à Praça do Trabalhador, onde realizaram um novo ato público, com faixas e cartazes. Líderes sindicais, entidades e associações de bairro concitaram, aos brados a "união da classe trabalhadora, a anistia ampla, geral e irrestrita, a mudança da legislação trabalhista, com a conquista de liberdade e autonomia sindical, direito de greve, salário mínimo de 6,4 mil cruzeiros". Pediram ainda a criação do Partido do Trabalhador, para que a classe operária consiga a autonomia e a liberdade.

BRASILIA ASSISTE EM 15 ANOS À PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO ESPONTÂNEA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores de Brasília concentraram-se num galpão emprestado pela Igreja católica na cidade satélite de Sobradinho para comemorar o 19 de Maio, onde manifestaram-se contra o custo de vida e reivindicaram uma anistia ampla, geral e irrestrita. A manifestação foi organizada por 11 sindicatos de Brasília, em colaboração com a Associação Cristã dos trabalhadores; ocorreu pacificamente, embora as palavras de ordem variassem, desde a leitura de carta dos presos políticos de Itamaracá até uma convocação de solidariedade aos metalúrgicos do ABC paulista. Antes dos debates, os trabalhadores assistiram à missa celebrada por D. Geraldo D'Ávila e a uma peça de teatro popular, em que um "monstro"

impede as pessoas de trabalharem, de estudarem, de se divertirem. Retirada a máscara, o monstro revela-se na forma de cartazes: inflação, carestia, salário-mínimo e outros. Esta foi a primeira manifestação espontânea do 1º de Maio, dos trabalhadores de Brasília nos últimos 15 anos. Perto dali, no sítio Moenda Velha, altos funcionários do governo confraternizavam-se com um churrasco.

FESTA DO TRABALHO SEM SORTEIOS E TORNEIOS

Em Fortaleza, a solenidade considerada mais importante do dia do Trabalho foi uma palestra proferida no Teatro José de Alencar pelo presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, que sob aplausos do grande número de trabalhadores que lotaram o teatro condenou "o custo de vida, a falta de liberdade sindical, a CLT e posição dos empresários brasileiros que só pensam neles". Desde 1964 o dia 1º de Maio é limitado a comemorações dirigidas pela Delegacia Regional do Trabalho e os trabalhadores não podiam falar. Geralmente elas giravam em torno de torneios esportivos e sorteios.

PRIMEIRO DE MAIO UNIFICADO

Em Campinas, São Paulo, as comemorações paralelas do Primeiro de Maio, uma oficial e outra organizada pelos trabalhadores, marcaram este dia na cidade. Pela manhã, cerca de 200 pessoas reuniram-se no Centro Esportivo para a festa programada pela Secretaria de Trabalho. A manifestação operária foi à tarde, no Parque Taquaral, onde cerca de 2 mil pessoas comemoraram o "Primeiro de Maio Unificado", liderado por seis sindicatos e diversas entidades.

Também em Santos, São Paulo, os sindicatos da Baixada Santista promoveram comemorações pela data e foi lida uma declaração pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada, onde disse que "O trabalhador deve conscientizar-se que tem uma participação importante na formação dos metalúrgicos" e que "o sistema econômico implantado no País após 1964 visou primordialmente manter compridos os salários dos trabalhadores, garantindo para as empresas multinacionais uma mão-de-obra barata e de fácil reposição. Esta foi a principal razão da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que eliminou a estabilidade no emprego, além do estabelecimento de uma rígida política salarial".



BAIANOS APOIAM LULA

Os sindicatos baianos, na sua comemoração, apoiaram a posição do ex-presidente da entidade dos metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, segundo a qual os trabalhadores não devem fazer alianças com partidos políticos. Na região de Sobradinho, sindicatos rurais comemoraram o 1º de Maio, divulgando um documento contra a "situação de miséria em que vivemos." No Paraná, desde 1968 que os trabalhadores de Curitiba não participavam de uma manifestação não oficial no 1º de Maio. Cerca de 2 mil pessoas reuniram-se para comemorar a data e protestar principalmente contra o novo salário mínimo.

MISSA DA TERRA SEM MALES

"Em nome do Pai de todos os Povos

Maíra de tudo,
excelso Tupã (...)

Em nome da Terra-sem-males
perdida no lucro, ganhada na
dor
em nome da Morte vencida,
em nome da VIDA,
Cantamos, Senhor!"

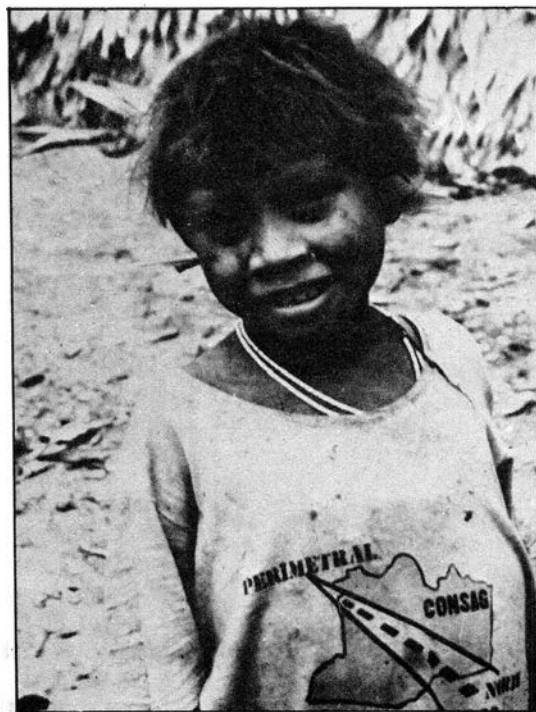
Com esta invocação abria-se a celebração da Missa da Terra sem Males na Catedral da Sé, em São Paulo, dia 22 de abril de 79.

Os tambores dos índios faziam fundo à explicação dada por D. Pedro Casaldáliga, bispo de S. Felix do Araguaia, um dos autores da Missa. Nascida na última reunião de chefes indígenas, durante uma assembléia nas ruínas dos Sete Povos das Missões, a missa é um refletir sobre a miséria do índio e um despertar para a imensa injustiça que em nome do progresso se comete contra uma nação indefesa.

"O Amor do Pai de Todos
me batizou com a água da
da Vida e da Consciência
e semeou em mim a Graça do
seu Verbo,
Semente universal de Salvação

— Quando nós te ferramos
com um batismo imposto
marca de humano gado,
blasfêmia do Batismo
violação da Graça
negação do Cristo".

A missa tinha a força de uma profunda autocrítica que a Igreja fazia 479 anos depois da Primeira Missa. Uma reparação e uma busca de compromisso efetivo com as populações indígenas. A liturgia penitencial era realizada diante de milhares de pessoas. D. Paulo Arns, Cardeal de São Paulo, presidia a cerimônia ladeado por D. Helder Câmara, D. Tomás Balduino, presidente do CIMI e D. Pedro Casaldáliga. Os índios Guarani, Kaiowá e Xavante postaram-se num canto do altar repleto de fotografos, cinegrafistas, repórteres, padres, cantores e co-celebrantes.



O Ministro Mário Andreazza e o presidente da FUNAI Ademar Ribeiro dos Santos, chegaram atrasados. Foi difícil de passar pela multidão que lotava toda a Catedral da Sé apesar do forte esquema de segurança que os acompanhava. Ao saber da chegada do Ministro e do Presidente da FUNAI, D. Paulo Evaristo propôs um termo de compromisso ao Ministro para a demarcação das terras e de reconhecimento do trabalho do CIMI. O compromisso foi tacitamente assumido diante das milhares de pessoas que lotavam a Catedral. Falou também um índio Kaxinawá. No ofertório a música perdia seu tom de lamento e era incisiva:

"Erguemos em nossas mãos a memória dos séculos reunimos na carne do pão a história do Tempo de Libertação".

No momento do abraço da Paz sintetizou-se a história do Povo em processo de Libertação:

"Shalom
Sauidi
A Paz"

Em seguida a comunhão e os ritos finais. A música do grupo gaúcho de Martin Coplas, continuava suas flautas andinas e seculares. E a oração final se fez:

"Os pobres desta Terra queremos inventar essa Terra-sem-Males que vem cada manhã Uirá sempre à procura da Terra que virá. . . Maíra, nas origens No fim, Marana-thal!"

Furando a multidão, apressados e seguidos por assessores e seguranças, o Ministro e o Presidente da FUNAI entram na sacristia para cumprimentar D. Paulo Arns. E saem tão rápido quanto entraram. E por isso não ouvem a mensagem que D. Pedro Casaldáliga lhes enviava:

"que eles recolham nossas palavras de memória, remorso e compromisso; que paguem a promessa da demarcação das terras; sepultem de vez a minuta da emancipação; que não escutem apenas os apelos da missa, mas o clamor dos pobres, índios e lavradores sem terra".

troca de informações e um pluralismo de opiniões que conduzirão a um maior crescimento os nossos leitores. Nessa caminhada os problemas que enfrentamos são vários e de vários tipos. Portanto, se você tiver reflexões a fazer, críticas, se você discorda de alguma coisa: argumente e escreva-nos. Nós publicaremos inaugurando assim no nosso Boletim um lugar de encontro entre os que estão no mesmo caminho e que através de nós, chegam a seus irmãos distantes. Contamos com você. Sua palavra é importante para seus irmãos e companheiros. E como diz o poeta: "caminhante, não há caminho, faz-se o caminho ao andar". Caminhe conosco!

Falaram...

"Não é justo, não é humano, não é cristão, continuar com certas situações ignóbeis, que dão lugar à exploração do homem pelo homem."
(João Paulo II)

"O importante agora é que o povo tenha o necessário para comer, se formar, ter sua casa, um pouco mais de alegria e de esperança e principalmente democracia — pois sem esta nunca terá vez."
(D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de SP)

"Se não houver uma anistia geral e recíproca, um mata-borrão que apague esta página negra de nossa história, quem escapará da justiça divina?"

(D. Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia)

"A Eucaristia é o pão da vida, mas também nos lembra as grandes fomes do mundo, como a de amor, compreensão, justiça e paz."
(D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife)

"Aqueles que têm alguma autoridade temporal ou espiritual, não abusem jamais de seu poder."

(Papa João Paulo II)

"Sempre haverá deslizos no caminho da democracia. Ela não é uma reta, mas deve ser uma caminhada constante."

(D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de SP)

"A inflação no Brasil atualmente é muito mais um problema psicológico e até mesmo de cadeia."

(Karlos Rischbieter, ministro da Fazenda)

"A classe trabalhadora não pode ficar quieta e para sempre se portar como bezerro manso simplesmente em nome da abertura."

(Luís Inácio da Silva, Lula, líder sindical dos metalúrgicos)

"O governo não está nem pode estar voltado para o povo, porque não tem ninguém do povo no governo."

(D. José Maria Pires, bispo de João Pessoa, PB)

"O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, tem a singularidade de jamais ter adotado, em mais de 15 anos de existência, qualquer medida efetiva em defesa dos direitos da pessoa humana."

(Deputado federal José Costa, do MDB-AL)

"Onde há muita greve, há pouco diálogo."

(D. Celso Queiroz, bispo-auxiliar/SP)

"A população humilde não pode tornar-se humilhada, porque aí a situação ficará séria."

(João Camilo Pena, ministro das Minas e Energia)

"No clima de abertura, temos de aprender a conviver com a greve."
(Murilo Macedo, ministro do Trabalho)

"Vimos que não obstante a declaração de ilegalidade do movimento, vocês souberam distinguir o que é justo do que é ilegal e não se intimidaram. A greve é a forte arma pacífica dos fracos contra as injustiças. Os grandes e os poderosos não precisam de fazer greve. As leis são feitas por eles. Por isso declaram o movimento de vocês fora da lei."

(D. Waldir Calheiros, em carta de apoio ao movimento reivindicatório dos professores)

"É preciso falar da injustiça que sofremos, da fome, do analfabetismo. Matam-nos. É disto que vocês devem falar porque isto tem a ver com o Nosso Senhor, e não é ser comunista."

(Camponeses quechuas, do Equador, aos bispos reunidos em Puebla)



Nossa seção de cartas pretende ser um lugar aberto para opiniões e um espaço para debates. Com isto visamos uma

Bíblia hoje

Entre a travessia e a resistência

Frei Paulo Cezar Loureiro Botas O.P.

Sacramento

*Três pessoas vieram me pedir
Não morra que o mundo quer saber
As coisas que a vida não te impôs
A morte que sempre a ti perdeu
O amor que teus olhos sabem dar*

*Com o pranto calado me casei
De noivo do pobre me tornei
No crisma de busca assumi
O quarto fechado que afastei
Que um banho de cinzas batizou*

E o mais que consigo é dizer:

*Com o pranto calado me casei
um banho de cinzas batizou
o quarto fechado que afastei
no crisma de busca assumi
Dois olhos que ainda não achei
(Milton Nascimento)*

*"Digo eu. Canta Milton.
Gritam livres, os pobres.
Não é possível que continuem
as estrelas impassíveis"
(D. Pedro Casaldáliga)*

Quando Deus elege seu profeta promete-lhe fidelidade, e afirma que nada deve temer. O profeta deve proclamar, onde quer que vá, tudo o que lhe ordena o Senhor.

"Não tenha medo porque estarei contigo para proteger-te. Palavra de Javé" (Jer. 1,7). E o profeta proclama que Deus na sua misericórdia infinita ouve o clamor do seu povo. E sendo soberanamente justo toma partido: a causa dos pobres. O direito primeiro dos pobres — realizado na vitória do Cristo — é o dom da ressurreição. E o dom da ressurreição é o da vitória final sobre a morte. O direito que o pobre tem de não morrer para sempre, por causa do dom de Deus, é a defesa de tudo o que atenta contra a vida, como a fome, e a desocupação, a miséria, o medo, a tortura e qualquer forma de violência repressiva. Isto resume o conjunto de direitos pelos quais combate o povo oprimido, o eleito de Javé. O direito à vida — expresso na ressurreição do Cristo — é o direito do povo sobre seu Deus. Direito de exigir-lhe que se manifeste, que exerça seu poder, que revele seu amor, que faça justiça, que se mostre vivo.

*"Senhor, hoje minha queixa é uma revolta
olha teu povo, Senhor!
vê que todos andam nus, despidos,
esfomeados, carregam feixes,
espremem o óleo nos celeiros,
pisam a uva nos lagares, morrendo de sede.
Sobe da cidade o estertor dos moribundos,
a alma dos feridos grita"*



E nos louvores dos salmos a prece angustiada dos pobres. Na certeza de que seu Deus não os abandonou, pedem a manifestação vingadora de Javé. A justiça. O dia da graça para os pobres é o dia da vingança: o da manifestação plena da justiça de seu Senhor.

"Acordai Senhor, por que dormis? (Sl 43)

"Lembraí-vos que o inimigo vos insultou

E um povo insensato ultrajou vosso nome

*não esqueçais para sempre a vida de vossos pobres.
Olhai para a vossa aliança porque todos os recantos
do país são antros de violência.*

*Que os humildes não voltem confundidos e
que o pobre e o indigente possam louvar o
vosso nome.*

Levantai-vos, ó Deus, defendei a vossa causa" (Sl 73)

E Deus ouve este clamor. Deus se manifesta no seu Filho e realiza a sua Vingança: a Sua Ressurreição. Jesus de Nazaré morto e ressuscitado. Aquele que anunciou a Boa Nova aos pobres confirmando a profecia de Isaías. Não podemos esquecer que o anúncio desta Boa Nova traz em si uma dupla dimensão: é o dia da graça do Senhor e o dia da sua Vingança.

"O Espírito do Senhor está sobre mim (. . .)

*para proclamar o ano da graça do Senhor
e o dia de vingança de nosso Deus" (Is 61 e Luc 4)*

Profecia cumprida. A esperança responde pela força e pela continuação da luta para instaurar a Justiça. Deus se proclama ao lado dos pobres e reclama para si a Vingança.

*"O Senhor é íntegro e justo como juiz
Um Deus perpetuamente ameaçador se eles
não se corrigem.*

*Afiará a espada, entesará o arco e içará
contra os ímpios. Aprestará dardos mortais
e lançará flechas inflamadas".*

É esta integridade da justiça que ele faz o salmista clamar:

"Levantai-vos Senhor na vossa cólera

erguei-vos contra o furor dos que me oprimem

Elevai-vos para me defender numa causa que criastes" (Sl 7)

A ressurreição do Cristo e dos pobres é a Vingança de Javé. O rise do poder dos poderosos. Confundi-los na História e fazê-los sentir ao vivo e, dramaticamente, que não têm futuro. Que a história da sua força e de suas ambições não depende do aparato repressivo que possam montar. Deus se vinga dos que matam o pobre, deixando-os como cadáveres ambulantes, sem destino, sem história, perdidos na solidão das suas riquezas e horivelmente desesperançados. Com a ressurreição do Cristo, Deus desnudou os ricos diante dos pobres de todos os tempos para que vejam a sua fraqueza e seja pertinente a palavra do profeta:

*"Que farão no dia da invasão? Quando vier de longe o
castigo? De quem obterão socorro? Onde enterrarão suas
riquezas? Nada lhes resta senão curvar-se entre os
prisioneiros ou cair entre os mortos" (Is 10,3-4)*

Deus continua a se manifestar na História, através dos seus profetas. E eles se reconhecem. Fizem da causa de Deus — a causa dos pobres — a razão da sua vida. Conhecem a dor do seu povo, a angústia dos que vivem no limite da morte. E tomam posição para não serem vomitados por Deus. A sua vida é uma vida pobre, despojada, ao lado dos oprimidos e dos que clamam por justiça. Eles dizem e cantam os pobres. A eles emprestam sua voz e suas forças para fazê-los resistir nesta caminhada e travessia para um mundo novo e solidário. Construído pelas suas próprias mãos. Um mundo que efetiva a vitória da Vida sobre a Morte, e que seja a realização plena da Promessa vingada na ressurreição do Nazareno.

Pedro e Milton. O que diz e o que canta enquanto gritam livres os pobres. E as estrelas não estão impassíveis. O eco de suas denúncias cala fundo e apela a uma perseverança e resistência como João no Apocalipse:

"Sê fiel até a morte". . . (Ap 2,10)

Neste Sacramento de Milton podemos encontrar o cerne da sua opção e do seu canto. Deus se manifestando mesmo que o profeta não queira ou não perceba. Nada diferente dos outros profetas:

"Ai, Senhor, como poderia falar eu que sou criança (. . .) E então Javé estendeu sua mão e me tocou a boca e disse-me: neste momento ponho minhas palavras na tua boca". (Jer. 1,7-10)

É o bispo Pedro que reconhece a profecia e o apelo a uma conversão e resistência. A síntese deste texto de Milton é expressada no dinamismo questionador na vida de cada homem: como atravessar este "instante que passa" onde Deus se manifesta? O tempo oportuno. O aqui e agora.

O apelo:

Três pessoas vieram me pedir. . .

Não brota da subjetividade do homem, nem da sua voluntariedade. É um apelo de pessoas que se reconhecem partilhando a mesma sorte. Como responder aos apelos de tantos homens e mulheres oprimidos? Como responder ao apelo do Cristo:

"Se alguém ouvir a minha voz e me abrir a porta entrarei em sua casa e cearemos, eu com ele e ele comigo". (Ap. 3,20ss)

E ceiar com ele é participar internamente da sua morte e ressurreição. É viver a experiência da morte que se manifesta nas opressões e nas injustiças, mas também nas nossas omissões, concessões e covardias.

E Milton continua explicando a extensão do apelo.

Manter a vida e a resistência:

Não morra que o mundo quer saber as coisas que a vida não te impôs a morte que sempre a ti perdeu. . .

Viver é não conceder na morte. Este é o apelo de Cristo para nós. Não temer. Resistir. Perseverar. Caminhar para onde se encontra a Vida. Denunciar ao mundo este conflito constante entre a imposição dos opressores e a busca de liberdade dos oprimidos. Saber que a vida dos opressores é paga à custa da morte e da pouca vida dos oprimidos pela força e violência.

"Ora, não são os ricos que vos senhoreiam? os que vos arrastam aos tribunais?" (Tiago, 2,6)

E resistir, é afirmar que as forças do Mal não vencem, apesar das aparências de vitória.

"Virá a hora em que aquele que vos matar julgará realizar um ato de culto a Deus (. . .) no mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo!" (Jo 16,2-33)

Nesta resistência é que afirmamos nossa capacidade de amor. Um amor em atos e obras. Não o das boas intenções. Nem o das

"...como atravessar este "instante que passa" onde Deus se manifesta? O tempo oportuno. O aqui e agora".



evasões em nome do "ainda não é a hora de. . .". Este pseudo-amor do "ainda não é hora" vela as verdadeiras contradições e espiritualiza as exigências concretas da luta pela instauração da justiça. É a expressão do demoníaco: da concessão a esta estrutura de morte e desespero para os pobres. E o Evangelho nos questiona: o que damos? o que partilhamos? e com quem partilhamos? Não basta crer. Crer é muito pouco. É quase nada.

"Tu crês? (. . .) lembra-te, porém, que também os demônios crêem, mas estremecem". (Tiago, 2,19)

Esta a exigência: o resistir na travessia para frutificar o "amor que teus olhos sabem dar".

Mas. . . tudo tem seu preço. E como o amor é prática de luta ele traça suas condições. E Milton continua a evidenciar as razões que determinam esta possibilidade de resistir.

Com o pranto calado me casei

As opções de nossa vida se fazem em momentos de profunda solidão. Não de uma solidão que nos isola dos companheiros e nos conduz à evasão. Mas uma solidão que dimensiona a estatura do gesto e da prática a ser vivenciada. É esposar o pranto calado. Triste e difícil. Como o do Cristo.

"A minha alma está triste até a morte" (Mc 14,34)

Mas, ir até as últimas consequências dos seus atos. E a morte vem e virá do lado dos poderosos e opressores. Por causa da opção pelos pobres, opção pela classe social que recebe a Boa Nova. Por aqueles a quem Deus escolheu para abrigar Seu Filho: o Cristo Pobre. E Milton reafirma a razão:

De noivo do pobre me tornei. . .

Nunca esposar o pobre. Esposá-lo é reconhecer que a sua condição de explorado é querida por Deus. É uma bênção. Neste sentido, tornar-se noivo do pobre é reconhecer que a ele é anunciada a liberdade e a ele cabe a redenção da História dos homens. São os pobres os depositários da força de Deus. Isto tudo implica numa resposta clara e explícita à questão: do lado de que classe social estamos? Do lado dos ricos que vão fenecer como a flor da erva do campo? E cuja fartura não os deixa dormir. (Ec. 5,12). E que estão cheios de violência (Miq. 6,12). Por isso são denunciados e sua sorte já está lançada:

"Pois bem, agora vós, ricos chorai e uivai por causa das desgraças que estão para vos sobrevir. A vossa riqueza apodreceu e as vossas vestes estão carcomidas pelas traças. O vosso ouro e a vossa prata estão enferrujadas e a sua ferrugem testemunhará contra vós e devorará as vossas carnes. Entesourastes como que um fogo nos tempos do fim. Lembrai-vos de que o salário, do qual privastes os trabalhadores, que ceifaram os vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor. Vivestes faustosamente na terra e vos regalastes, vos saciastes nos dias da matança. Condenastes o justo e o pusestes à morte: ele não vos resiste" (Tiago, 5,16)

Deus exige uma decisão imediata. Ela responderá pela nossa prática de vida e pela razão da nossa existência. De que lado estamos?

"Assim, porque és morno, nem frio nem quente, estou para te vomitar de minha boca". (Ap. 3,16)



"Mas, ir até as últimas conseqüências dos seus atos. E a morte vem e virá do lado dos poderosos e opressores".

E o último livro sela a sorte do rico:

"Pois dizes: sou rico, enriqueci-me e de nada mais preciso. Não sabes, porém, que és tu o infeliz: miserável, pobre, cego e nu". (Ap. 3,17)

Porque estar ao lado de Deus é estar ao lado dos pobres. É aprofundar esta dimensão de companheirismo, criada e amadurecida, numa luta comum para um mundo onde se realizará o casamento da Justiça e da Paz. Onde os homens serão irmãos e solidários entre si.

"Não haverá mais recém-nascidos que apenas vivem alguns dias ou velhos que não vivam longos anos. Pois morrer aos cem anos será morrer jovem e não chegar aos cem será tido como uma maldição. Construirão casas e nela viverão. Plantarão vinhas e comerão dos seus frutos. Não construirão para que outro vá viver, nem plantarão para alimentar os outros". (Is. 65,20ss)

Um mundo novo onde será vergonhoso existir, como hoje, duas classes de homens. É nesta dimensão que o canto de Milton encontra sua virulência. Ele sabe o que canta e por quem canta. E nos questiona como um profeta: De quem vocês são noivos?

No crisma de busca assumi

A busca deste mundo novo se faz através das nossas ações e engajamentos assumidos com os que se reconhecem companheiros.

"Recomendou-lhes que nada levassem para o caminho, a não ser um cajado apenas, nem pão, nem alforje, nem dinheiro no cinto. Mas que andassem calçados com sandálias e não levassem duas túnicas". (Mc. 6,8)

Seremos sinal de contradição. Acolhidos por uns. Amaldiçoados por outros. Mas o assumir a efetivação desta nova terra onde os homens sejam solidários é saber da perseguição, da tortura e da morte.

"E se algum lugar nos vos receber nem vos quiser ouvir, ao partirdes de lá sacudi o pó de debaixo dos vossos pés em testemunho contra eles". (Mc. 6,11)

E não podemos perder tempo com os que vacilam. Com os que temem uma decisão radical na sua vida, que os faça comprometer-se com os pobres da nossa sociedade. E estes pobres estão aí, cara a cara, frente a frente. São os que não tem o que comer, espoliados no seu trabalho, vivendo à margem das ruas, das cidades. São os milhares de trabalhadores rurais sem direito à terra. São estes menores, sem teto e sem guarida. São os operários reivindicando a justiça nos seus salários. São muitos os pobres. Os perseguidos. Os presos. São estes os chamados Bem-aventurados e Felizes. A eles pertence o Reino de Deus iniciado e completado a cada novo passo em direção a um mundo novo e justo.

O quarto fechado que afastei.

Milton relembra a exigência de romper os isolamentos e da co-

munhão com os companheiros. Sair do isolamento e caminhar em direção a realidade dos homens e da vida produzida através das relações sociais é condição de lucidez para quem quer transformar o mundo. Afastar a tentação de escamotear a realidade. De fazê-la como nós a queremos e não como ela é de fato.

"Quem tiver ouvidos ouça. . . (Ap. 2,7)

Pois a promessa é clara em relação ao que há de acontecer:

"sobreveio o tempo de julgar os mortos e de dar a recompensa aos teus servidores. profetas. . . e de exterminar os exterminadores da terra". (Ap. 11,18)

Até lá, nos resta enfrentar com firmeza o cotidiano onde os embates são travados. E o que nos é prometido: injúrias, perseguições, prisões.

Que um banho de cinzas batizou.

Este batismo de cinzas é a força interior que devemos manter para que possamos, sem vacilar, construir a proposta de solidariedade entre os homens. Perseverar. Resistir. Na esperança.

"Porque dispendo de pouca força, guardaste minha palavra e não renegaste meu nome". (Ap. 3,8ss)

E volta Milton a cantar:

E o mais que consigo é dizer. . .

Com o pranto calado me casei

um banho de cinzas batizou

o quarto fechado que afastei

no crisma de busca assumi

Dois olhos que ainda não achei

Tudo é retomado como conseqüência inevitável da opção de ter-se tornado noivo do pobre. Apenas uma outra dimensão é acrescentada. E nela Milton desvela o paradoxo de quem procura amar. "Dois olhos que ainda não achei" mas que só serão encontrados quando este mundo novo for criado. Até lá, nossas tentativas de doação encontrarão sempre, no horizonte, as relações sociais que produzem opressores e oprimidos. E isto se manifestará também nas nossas maneiras de amar. O amor é fruto das nossas relações sociais. E por isso, às vezes, oprimimos nosso ser amado. Quando amamos nele à nós mesmos. Nosso amor, muitas vezes, tem a opacidade de quem não dá a vida.

"Não há maior prova de amor do que dar a vida pelo seu amigo". (Jo 15,13)

Mas, há a certeza de que um dia amaremos plenamente. Dia este conquistado através da nossa luta e do nosso empenho. Dia este comum a todos os pobres e oprimidos, humanizados pela sua capacidade de amar vivida plenamente. Num mundo de gozo. Numa terra nova, num novo céu onde o mar já não existe (Ap. 121). Até lá, ficam as certezas e as esperanças:

"O rico na sua humilhação passará como a flor da erva. Basta que surja o sol com o seu calor e logo seca a erva e a sua flor cai e lá se foi a beleza do seu viço! Eis como acabará por perecer o rico no meio dos seus negócios". (Tiago, 1,9ss)

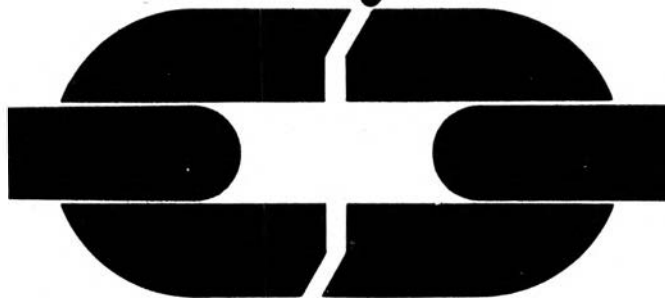
"Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram!" (Ap. 21,4)

E desta maneira Pedro continuará dizendo. Milton cantando. Gritando livres os pobres. E as estrelas não estarão impassíveis porque aprenderam que "o que estava escrito neles era irrepetível desde sempre e por todo o sempre, porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não tinham uma segunda oportunidade sobre a terra".

Rio, abril de 1979

Última página

anistia



Rev. Leonildo S. Campos
Pastor Metodista

Os analistas políticos, e não só eles, mas qualquer pessoa medianamente informada, podem hoje, após pesar as contradições internas do sistema político brasileiro e pressões internacionais, concluir que o regime fundamentado no arbítrio está com os seus dias contados.

A volta ao Estado de Direito, com a supressão de todos os atos arbitrários, torna-se anseio de vastas e significativas camadas de população brasileira. A fortaleza dos que se encastelavam no poder para defender privilégios escusos e "misteriosos" cede à pressão, e já tenta tomar a dianteira no processo de liberalização. "Façamos a volta ao 'Estado de Direito' antes que o povo tome a iniciativa".

Realmente as luzes indicam que a madrugada está chegando. A longa noite do arbítrio que caiu sobre nós parece estar no fim. Poderemos até estar equivocados, ou talvez seja apenas um bonito sonho de uma noite de verão, mas existe algo de novo em nosso processo político brasileiro. Como prova disso estão aí centenas de instituições espalhadas por todo o Brasil que colocam como fim único a anistia, a defesa dos direitos do homem, a luta pelas liberdades democráticas. Tais comitês brotam como cogumelos após um longo período de chuva.

Um outro sinal positivo temos observado. Os próprios pais do "monstrinho" criado para defender interesses ocultos já o enjeitam. Os que se serviram da longa noite para se enriquecer, querem ser os primeiros a vestir a roupagem que hoje mais está na moda internacional — a democracia, os direitos do homem. (...)

Essa festa deverá ser franqueada a todos os que sofreram sob o tácio da opressão. Aqueles que sentiram a pressão desumana das torturas físicas e psíquicas e, por momentos, foram reduzidos ao nível de animais. Que tiveram os direitos, dignidade e liberdade cerceados em nome de supostas razões de segurança nacional.

Deverão participar os órfãos e viúvas do "quem sabe" e do "talvez", os marcados física e psiquicamente, pela violência desencadeada.

Ocuparão nessa festa um lugar de destaque todos aqueles que lutaram objetivamente, e com interesse puramente humanos para que o Estado de Direito, a anistia e o reinado dos direitos

humanos fossem instalados em nosso país. Eles deverão participar do longo período de recuperação que se seguirá à queda do arbítrio, trabalhando pela cicatrização das feridas causadas. Prestação dessa forma a sua colaboração na construção de uma sociedade aberta e democrática. Nesse caso, como ficarão aqueles que fecharam os seus olhos, para não ver as injustiças cometidas, taparam seus ouvidos para não ouvir os gritos e gemidos das vítimas dos opressores? As seitas e denominações religiosas que se omitiram diante do arbítrio dos poderosos que, pelo silêncio e omissão, se tornaram coniventes com assassinatos e torturadores?

A esta altura podemos perguntar por que o protestantismo brasileiro não organizou até hoje um comitê pró-anistia? Por que não se toca nesse assunto nos jornais evangélicos com maior profundidade? A luta por um mundo justo, humano, onde os direitos humanos sejam respeitados é algo diabólico? Não faz parte de nossa herança reformada? E ainda nessa linha, o protestantismo brasileiro está em condições de, em livre e sã consciência, comemorar algo que ele não ajudou a construir? Festejar o nascimento de um filho que não ajudou a gerar e nem tampouco a parir?

Honestamente falando, o protestantismo, em toda a América Latina, desempenhou durante esse negro período de nossa história um papel de omissão e de traição ao próprio Cristo. O advento do protestantismo que trouxe no panorama da história dos homens uma voz de protesto diante de todos os poderes, que sendo terrenos pretenderam ser eternos, e criou condições para o surgimento de uma civilização onde houvesse um pouco mais de liberdade para todos; entre nós, tem falhado.

Há um mundo novo que Deus quer construir, e o fará, queiramos ou não. Mundo onde haverá paz, compreensão e concórdia. Mundo para o qual não haverá lugar aos que usam da violência para manter a exploração do homem pelo homem. Nele o arbítrio será apenas recordação da grande tribulação, do reinado da "besta". Cabe a nós cristãos tentar experimentar aqui, o aperitivo desse novo mundo. Avante pois, protestantes brasileiros, por uma anistia ampla e recíproca, pelas liberdades democráticas!